

Agudezas seiscentistas



Por LUÍS AUGUSTO FISCHER*

Comentário sobre o livro de João Adolfo Hansen, organizado por Cilaine Alves Cunha & Mayra Laudanna

1.

Em contraste com o horror da política diária, vivemos um tempo auspicioso no debate acadêmico na área de história, ciências sociais e cercanias, incluindo a literatura, uma vez superadas as chatices de guetos e o jargão inócuo. É que chega à maturidade uma geração de pesquisadores e ensaístas que tem sabido sintetizar uma enorme riqueza, construída pela pesquisa universitária há quatro décadas - graças a CAPES, CNPq, agências estaduais, universidades públicas e algumas privadas, em acervos e museus sobretudo públicos.

São soluções conceituais de alcance imenso. Saímos de visões eurocêntricas simplistas para um novo cenário de explicações do passado colonial e da história brasileira em geral. Na ponta de antropologia, brilha o “perspectivismo ameríndio”, com Eduardo Viveiros de Castro, Tânia Stolze de Lima e Aparecida Vilaça, revelando o ranço domesticador que a colonização mantém em nosso olhar em relação às populações nativas tradicionais.

No campo da história, a geração ponteada, entre outros, por Manolo Florentino e João Fragoso (*O arcaísmo como projeto*, por exemplo) soube fazer a crítica da herança de Caio Prado Jr. e seus sucessores. Foram eles que primeiro souberam demonstrar que o “sentido da colonização” caiopradiano se equivocava em pontos essenciais, como o de exagerar na “predominância da produção de exportação sobre os demais setores econômicos”, relegando o mercado interno a uma “condição quase inexistente”.

Também essa geração demonstrou que “o controle do comércio de cabotagem e do comércio de escravos” (palavras de Hebe Matos, outra grande figura da geração, em *O Brasil colonial*, vol. 1, p. 81) não ocorria em Portugal, mas aqui, por gente sediada na colônia.

Nos estudos de história da literatura a coisa é menos nítida. Nosso debate ainda é vítima de uma perspectiva acanhada e trivial, mesmo quando inspirada por contribuições de um grande como Antonio Cândido.

O debate se enriquece agora por um lado talvez inesperado, com *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*, de João Adolfo Hansen. Hansen não centra seu interesse em debate historiográfico, quase ao contrário - os vários ensaios aqui reunidos se dedicam a estudar a literatura que costuma ser chamada de “barroca”, designação rejeitada enfaticamente pelo autor, que tem uma longa e produtiva história de combate ao que chama de “apropriações anacrônicas”, leituras que tomam de textos daquele mundo e os leem segundo pautas nascidas ou consolidadas apenas a partir de meados do século XVIII.

2.

a terra é redonda

João Adolfo Hansen tem interesse nas formas da escrita, poética ou não, daquele mundo anterior a Kant, ao Iluminismo, a Pombal, à Independência norte-americana, à Revolução Francesa, à Declaração Universal dos direitos do homem. Um mundo – como o de Gregório de Matos, sua especialidade – em que não cabe pensar no autor como um indivíduo, nem mesmo como um criador, mas sim como um conjunto de regras classicistas virtualmente independentes da subjetividade, da liberdade moderna, da história concebida como ação deliberada do homem.

Já em seu clássico *A sátira e o engenho* (1989), expressava este ponto de vista. João Adolfo Hansen atacava os que queriam ver na poesia obscena de Gregório de Matos qualquer coisa de libertino, quando o poeta estava jogando o jogo da convenção retórica do tempo. Essa leitura seria anacrônica, uma “ruína do maio de 68 que na pornografia dos poemas erige o desejo absurdo de liberação de toda norma” (p. 307).

Os ensaios do novo livro vão por esse mesmo caminho. São eruditos e inteligentes, mas não pedantes. Exigem leitura atenta e reflexão densa, mas são muito bem escritos. Se ocupam desse *continuum* que se abastece no mundo clássico, passa pela história ocidental toda por dentro das cortes e da Igreja até alcançar o século XVII, mundo que o autor conhece e apresenta.

Não sendo esta uma resenha de seu livro, mas um debate a partir de ideias dele, com vistas ao debate historiográfico, escolho dar foco à proposta de João Adolfo Hansen de “um século XVII que dura cerca de duzentos anos”, vindo pelo menos desde 1580 (início da União Ibérica) até 1750 (Pombal), senão até a Missão Francesa (1816), diz. Um século de duzentos anos, eis a proposta de um rigoroso historicista. Por quê?

Primeiro de tudo, porque João Adolfo Hansen quer evitar o termo “barroco”, anacrônico, segundo ele. Segundo, porque o autor está pensando não apenas em estilo, mas numa *forma mentis*, uma mentalidade que é também uma linguagem. Terceiro, digo eu, porque ele tem uma nítida barreira contra o qual pode medir seu criativo século de 200 ou 250 anos – a modernidade, que se configura na revolução industrial, no liberalismo, no romance, no nacionalismo moderno, no estado burguês.

3.

No debate historiográfico, essa postulação de João Adolfo Hansen ecoa o debate que procura repensar o Antigo Regime na história brasileira. Esse longuíssimo século 17, lembrando as longas durações de Fernand Braudel, parece ser o mesmo da vigência do Antigo Regime – o regime denominado assim na guerra retórica da Assembleia francesa em 1789, mas velho de alguns séculos, o regime baseado na agricultura e na expansão marítima europeia, um mundo com grande carga feudal, aldeã, estática, analfabeta, em que o Estado, corporativo, concedia mercês e privilégios, mantendo rígida hierarquia social, com escassa mobilidade social, por fora das, e muitas vezes contra as, leis do mercado burguês.

Esse Antigo Regime encarnou mais uma vez, para nosso azar cósmico, no estado brasileiro organizado no pós-Independência, com o Quarto Poder e todo um arsenal de privilégios e mercês. Tudo isso mais a permanência da escravidão – que, porém, não foi, nem nos EUA, incompatível com o liberalismo, como postula, por exemplo, Edward Baptist, o recém-traduzido *A metade que nunca foi contada: a escravidão e a construção do capitalismo norte-americano*.

Só em 1850, com a extinção do tráfico, senão em 1888, com a Abolição, é que o cerne do Antigo Regime será atingido (mas restos dele estão ainda hoje zumbindo por aqui, nas altas Cortes, nos privilégios, nos monopólios).

Ocorre que a partir de 1760 começa a haver novidades no plano da literatura, de mãos dadas com a política, na colônia brasileira. Tomás Antônio Gonzaga e, mais que ele, Basílio da Gama, Silva Alvarenga e Domingos Caldas Barbosa, dão já notícia de uma subjetividade e uma dicção modernas, não mais à moda do Antigo Regime em seu “longo século 17”, este que Hansen postula ter durado 200 anos.

Toda a luta pela validação do Romantismo está do mesmo lado, o lado moderno. Ainda haveria um suspiro neoclássico no

a terra é redonda

final do século XIX, um fenômeno algo “barroco”, no Parnasianismo – também ele um jogo de convenções distante da tarefa de representar o real, embora já atravessado do individualismo burguês –, mas era uma batalha perdida.

Assim, a elástica tese de João Adolfo Hansen, com esse século XVII que dura de 1580 até Pombal, em 1750, ou até a Missão Francesa, em 1816, é muito inspiradora. Com essa perspectiva em mente, fica mais nítido pensar na produção literária concebida sob a regra “barroca”, quer dizer, pré-moderna, assim como se torna muito mais claro o lugar do escritor e, mais genericamente, do letrado, naquele tempo.

Por contraste, esse longo século XVII ajuda também a entender o tamanho da virada que começa a ocorrer com certos escritores do chamado Arcadismo, já marcados por uma visão de mundo e uma concepção intuitiva de literatura que devemos tomar como solidárias com a mentalidade romântica, que se desenvolve de então em diante, primeiro na Europa, depois aqui.

4.

Por vias inesperadas, a tese de João Adolfo Hansen faz a *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Cândido, recuperar sentido, por motivos que os autores nem tinham como enxergar quando conceberam seus livros.

De fato, Antonio Cândido postula por um lado a ideia que no século XVII não havia ainda circulação de livros e portanto não havia literatura no sentido social concreto – aqui a razão do ataque agudo e sem solidez historiográfica de Haroldo de Campos a Cândido, com seu livro *O sequestro do barroco* (1989) –, e por outro apresenta a inventiva tese de que Arcadismo e Romantismo se solidarizavam, de algum modo. Sim, dizemos agora, a partir da ideia de João Adolfo Hansen: os dois são anti-“barrocos”, um protomoderno e outro moderno.

Antonio Cândido, arauto crítico das teses modernistas paulistas, ajudou a cravar os últimos pregos no caixão do Parnasianismo, este derradeiro suspiro de uma concepção “barroca” da literatura, em que a voz do poema era, alegadamente, a voz não do indivíduo moderno, mas da arte pura, extra-histórica, um anacronismo que ainda embasbacou muita gente.

O fato de a luta modernista paulista ter-se dirigido especialmente contra esse inimigo, o Parnasianismo e a “literatura sorriso-da-sociedade”, dá bem a medida de sua inserção histórica, por um lado reafirmando o mesmo projeto que a modernidade como tal postulava – o indivíduo moderno como centro de gravidade e de valor – e por outro brigando uma briga velha, que já tinha, em 1920, uns cento e tantos anos, desde o raivar do dia romântico.

De fato, essa escolha do inimigo parnasiano pelos modernistas paulistas hoje só pode ser considerada um exagero, taticamente cabível, mas filosoficamente descabido, quando menos muito fraco. A luta modernista paulista – que celebrará seus cem anos em seguida – revela assim uma face viciosa, pela superestimação do valor daquele inimigo. (Eu queria ver é terem enfrentado o Simbolismo e Euclides da Cunha, terem lido Machado de Assis e Lima Barreto.)

Resulta muito instrutivo ler por esse viés o novo livro de Ruy Castro, *Metrópole à beira-mar - o Rio moderno dos anos 1920*, muito documentado e abrangente (e um tanto eufórico), a mostrar que nos anos 1920 o mundo da vanguarda estava vivo e produtivo, não em São Paulo mas na antiga capital, em todos os setores concebíveis da atividade artística e intelectual, sem exceção.

Assim, estava com a razão histórica Antonio Cândido (mesmo sem formular a coisa claramente como agora é possível) ao reconhecer como afins escritores árcades e românticos, e ao contrastar o vasto “século XVII” literário, inclusive em seu derradeiro suspiro belepoqueano, com os valores modernos, que os modernistas paulistas retomaram (e enviesaram).

Ocupados com as letras europeias e em sua presença no território brasileiro, nem Antonio Cândido, nem João Adolfo Hansen auscultam o mundo ameríndio e afrobrasileiro, ágrafo mas dotados de narrativa e de poética, que no futuro – hoje

a terra é redonda

- alcançariam a letra impressa e passariam a requerer direitos de cidade no campo da literatura. Mas este é certamente outro tempo, outra *forma mentis*, que mal começamos a admitir.

***Luís Augusto Fischer** é professor titular de literatura brasileira na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Autor, entre outros livros, de *Duas formações, uma história: Das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio (Arquipélago Editorial)*. [<https://amzn.to/3Sa2kEH>]

Referência



João Adolfo Hansen. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. Organização: Cilaine Alves Cunha e Mayra Laudanna. São Paulo, Edusp, 2019, 344 págs. [<https://amzn.to/4bF19tF>]

Bibliografia

Ruy Castro. *Metrópole à beira-mar - o Rio moderno dos anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

João Fragoso e Manolo Florentino *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

João Fragoso e Maria de Fátima Gouveia (orgs). *O Brasil colonial*, coleção em 3 volumes. Civilização Brasileira, 2014.

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI ➔ CONTRIBUA

<https://amzn.to/3Sa2kEH> João Adolfo Hansen. Agudezas seiscentistas e outros ensaios. Organização: Cilaine Alves Cunha e Mayra Laudanna. São Paulo, Edusp, 2019, 344 págs.

A Terra é Redonda